

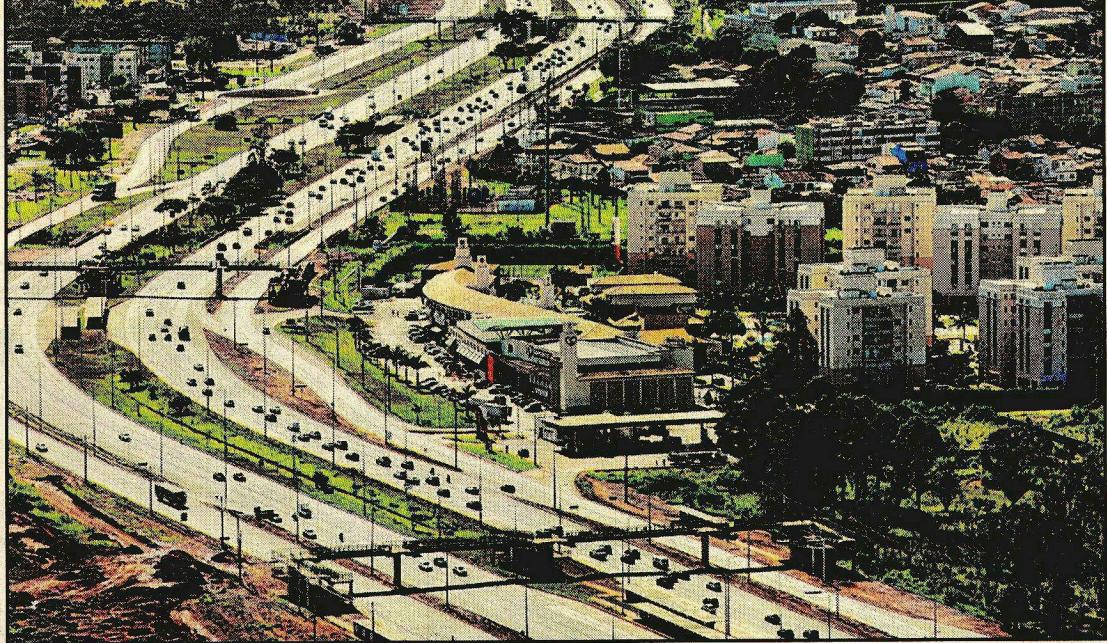
MEIO AMBIENTE / Ocupações irregulares do lado oeste e expansão agrícola na região leste do Distrito Federal são apontadas como as principais causas do desmatamento. Alertas foram ignorados pelos sucessivos governos

F. Gualberto/CB/D.A Press - 3/1/87



A Estrada Parque Taguatinga, em 1987, com árvores bem próximas por toda a extensão da pista...

Daniel Ferreira/CB/D.A Press - 22/3/12



... E hoje, ampliada para suportar o aumento da frota de automóveis, tem dezenas de prédios nas margens

Crescimento e desordem

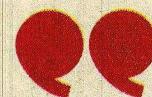
» ARIADNE SAKKIS
» ADRIANA BERNARDES

Historicamente, a pressão por moradia e a necessidade de expansão da atividade agrícola resultaram na devastação da vegetação nativa. O primeiro caso é mais gritante na porção oeste do território, onde ficam Ceilândia, Samambaia e Recanto das Emas. Juntas, elas são as cidades que mais trocaram o verde pelo concreto e o asfalto. No lado leste do quadrilátero, a perda do cerrado se deu em virtude da vocação das regiões de Planaltina e do Paranoá para a produção de alimentos (veja mapas).

A ocupação da porção central do DF era motivo de preocupação desde 1970. Já naquela época, técnicos do governo alertavam para a necessidade de proteger a Bacia do Paranoá, incluindo seus mananciais e o Lago Paranoá propriamente dito. Seguindo essa diretriz, o Zoneamento Sanitário do DF de 1975 regulou a ocupação do Lago Paranoá por conta do risco de "escassez dos recursos hídricos". Chegou-se à conclusão de que era fundamental coibir a formação de novas cidades-satélites nesta bacia, com exceção do Núcleo Bandeirante, que já existia, e do Guará, criado em 1969.

Mas o alerta ficou apenas no papel. Em 1975, tiveram início a grilagem de terras e os parcelamentos irregulares no DF. No Plano Diretor de Ordenamento Territorial (Pdot) consta que o condomínio Quintas da Alvorada, na altura da QI 29 do Lago Sul, foi o primeiro parcelamento ilegal de terras. Depois, no entanto, vieram outros, às dezenas. E, apesar de jogar por terra qualquer tentativa de planejamento e colocar em risco o futuro dos recursos hídricos da capital, sucessivos governos permitiram a prática criminosa até meados de 2007. Resultado: no DF existem 513 parcelamentos, que abrigam entre 25% e 30% da população.

Os danos causados por eles só foram colocados no papel há 20 anos, quando se escreveu no Pdot que eles provocaram "elevados custos sociais da organização



"A única época que lembro de haver uma política voltada para o desenvolvimento do Entorno foi durante a ditadura militar, com o Plano Nacional de Desenvolvimento. Se tivesse havido planejamento para as cidades que cercam Brasília, teríamos evitado muitos problemas atuais"

**Tânia Battella,
arquiteta e urbanista**



Ceilândia é uma das regiões administrativas que mais trocaram o verde pelo concreto e o asfalto

» Três perguntas para

TANIA BATTELLA, ARQUITETA E URBANISTA

Como a senhora avalia a devastação do cerrado no DF?

A perda do verde é absolutamente preocupante. Jamais iríamos imaginar que desabamentos provocariam a morte de alguém, como aconteceu recentemente. Essa é apenas uma das consequências das ocupações irregulares. O Estado é incompetente e não tem exercido seu dever de planejar e impedir a ocupação de áreas impróprias. É um poder negligenciado que traz resultados gravíssimos porque coloca em risco a vida das pessoas.

Onde essa devastação do meio ambiente é mais gritante?

Do ponto de vista geral, ela ocorreu de forma mais intensa a partir do retalhamento do território com loteamentos irregulares. As ocupações da Bacia do São Bartolomeu acabaram com a possibilidade de uso da última reserva de água do DF. Ninguém pagou por esses danos, mas a sociedade vai pagar caro. Também perdemos verde na área tombada com o avanço dos puxadinhos e quiosques que estão sendo regularizados pelo governo. E a ganância não para. Agora querem que a sociedade engula a 901 Norte, uma imensa área verde, incluída na escala bucólica. Tem a ampliação do Sudoeste com a quadra 500. Eu diria que estão comendo o boi aos bifes. De

pouquinho em pouquinho estão acabando com as áreas verdes que ainda restam.

Existe saída para que o pouco verde que resta seja preservado?

O Estado pode ter o melhor plano diretor do mundo, mas se não tiver controle na implementação não adianta absolutamente nada. É um documento na gaveta. Infelizmente, é ao que temos assistido. Nesse processo, passa a ser mais importante o envolvimento da sociedade. Nós temos que participar da elaboração desse plano e cobrar a sua execução. Deveríamos ter um Procon do uso do solo para que as pessoas pudessem denunciar e reivindicar o cumprimento da lei.

territorial do DF e a degradação ambiental... especialmente na Bacia do São Bartolomeu, que abrange entre outras, as regiões de Planaltina, São Sebastião, Sobradinho e Paranoá".

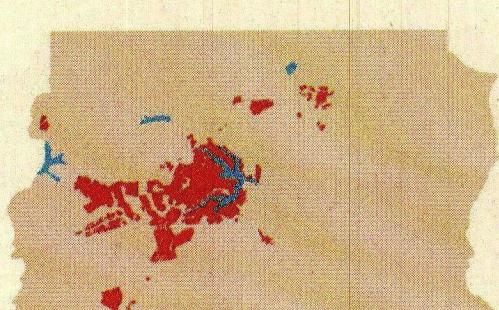
Agricultura

Com mais moradores, a substituição do cerrado pela atividade agrícola também foi uma consequência natural para atender a demanda dos habitantes por alimentos. Mas, contradictoriamente, essas áreas tiveram seus espaços reduzidos ao serem convertidas, gradativamente, em parcelamentos urbanos. O caso mais emblemático é Vicente Pires. Entre 1960 e 1995, a região era rural, atividade possível graças à concessão de uso das terras da União para exploração agrícola. No entanto, muitos chacareiros viram no parcelamento e na venda ilegal dos lotes uma mina de dinheiro. Hoje, cerca de 75 mil pessoas vivem em casas irregulares numa cidade desprovida de saneamento básico.

Na opinião da arquiteta e urbanista Tânia Battella, o DF está na contramão da finalidade de Brasília. Segundo ela, a capital não tem que resolver em seu território todos os problemas do Centro-Oeste. Deveria ser o contrário, defende. Brasília deveria na verdade promover o desenvolvimento dessa região, até porque seu território não tem espaço para absorver a demanda por moradia, as atividades geradoras de emprego e os serviços públicos de saúde, educação, lazer.

De acordo com Tânia Battella, a omissão dos poderes contribuiu para o caos atual. "A única época que lembro de haver uma política voltada para o desenvolvimento do Entorno foi durante a ditadura militar, com o Plano Nacional de Desenvolvimento. Se tivesse havido planejamento para as cidades que cercam Brasília, teríamos evitado muitos problemas atuais", diz (leia Três perguntas para).

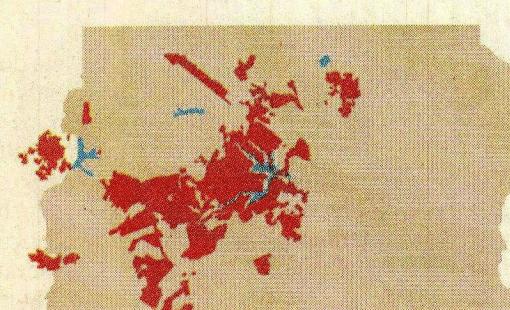
» Leia amanhã sobre o impacto da devastação na temperatura



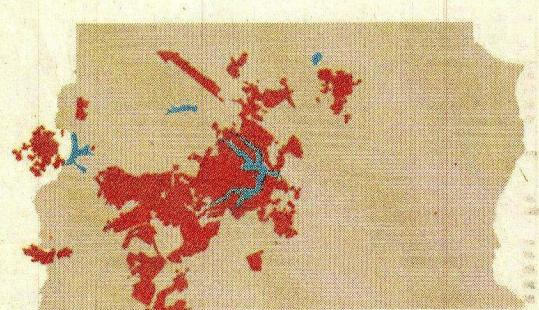
1991 Entre 1989 e 1994, pressionado pela demanda habitacional, o governo oferta 100 mil lotes para população de baixa renda. Nascem as semiurbanizadas Santa Maria, Recanto das Emas e São Sebastião. Ao mesmo tempo, até 1995, são contabilizados 529 parcelamentos frutos de grilagem de terra pública e particular.



1997 Os vazios entre o Plano Piloto e Taguatinga são quase integralmente preenchidos por áreas de ocupação unifamiliar. Em Sobradinho e Planaltina, há cada vez mais dispersão de moradias em zonas de cerrado. As margens das rodovias de ligação entre o DF e o Entorno começam a ser ocupadas.



2004 Observa-se o adensamento das ocupações residenciais nos limites de importantes áreas de proteção ambiental, como o Parque Nacional de Brasília. Só entre 1998 e 2001, o DF vê a parte urbana crescer 12,6%, enquanto há uma perda de 29% na área reflorestada.



2010 Nos últimos 10 anos, intensificou-se o processo de ocupação dos municípios do Entorno e muitos acabaram emendados ao DF. O novo Plano Diretor de Ordenamento Territorial aumentou a zona urbana e direcionou o crescimento para a mancha sul do território. A criação de mais condomínios diminuiu, mas ainda há registros de novos parcelamentos irregulares.